

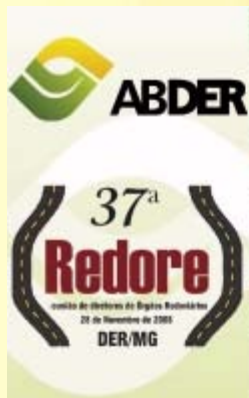


J O R N A L ABDER - Novembro/Dezembro 2008

Índice

- 1º) 2ª AGO e 37ª Redore: DERs do Brasil se encontram em Minas
- 2º) Lições do concorrido leilão de rodovias promovido pelo Governo do Estado de São Paulo
- 3º) Mensagem do Presidente - Em busca do vínculo perdido
- 4º) Reforma: mais recursos para infra-estrutura
- 5º) Grupos Técnicos - Quanto custa o asfalto?
- 6º) Gestão de Pessoas: problemas de 1988
- 7º) 14º ENACOR será realizado em Minas
- 8º) DAER-RS - Estado na estrada
- 9º) DER-SP - Estradas vicinais
- 10º) DER-SE - De Graccho Cardoso a Aquidabã
- 11º) AGETOP- GO - Governo analisa privatizar rodovias
- 12º) DER – CE - Pavimentação e restauração
- 13º) SIDER - Inovação em prol da Segurança Rodoviária
- 14º) EXPEDIENTE

2ª AGO e 37ª Redore: DERs do Brasil se encontram em Minas



O que fazer para reduzir os preços dos materiais betuminoso e como controlar a qualidade dos asfaltos utilizados pelos DERs? Essas foram as questões que mais despertaram atenção na 37ª Reunião de Diretores de Órgãos Rodoviários (Redore), realizada em Belo Horizonte, nos dias 27 e 28 de novembro.

A mesa redonda, montada especificamente para discutir essa questão, foi presidida pelo diretor-

geral do DER/MG, José Elcio, e contou com a participação do gerente de Comércio Interno de Asfalto da Petrobras, Alberto Ermida Franco, o coordenador do grupo de Asfalto da Federação

das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Manoel Carlos de Lima Rossito, e Dultevir Melo representando a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR.

O representante da FIESP, Manoel Rossito, informou que a entidade criou o grupo de trabalho com o objetivo de avaliar os gargalos existentes na cadeia do asfalto, desenvolver estudos técnicos e apresentar propostas de encaminhamento de soluções e estratégias para o crescimento do setor. O grupo reúne representantes da ABDER, da iniciativa privada, de órgãos governamentais e das agências reguladoras ANP, ANTT e ARTESP. O grupo avaliou o mercado do asfalto sob os aspectos: qualidade, fornecimento e política de preço.

As primeiras avaliações constatam que inexistem especificações das misturas asfálticas por desempenho que levem em consideração fatores que influenciam o comportamento do ligante asfáltico, tais como: temperatura, clima, tráfego e ações de carga sobre o pavimento; a Petrobras não disponibiliza uma política de preço para o asfalto; os governos consomem mais de 90% do asfalto produzido; a carga tributária (Pis, Cofins, ICMS, IPI) é um forte gargalo para o consumo de asfalto. Como exemplo, Rossito citou que um asfalto modificado com polímero 60/85, custa à vista R\$ 1.850,00, mas estaria reduzido para R\$. 1.200,00 (35,13% a menos), se não houvesse tantos impostos (18%+7,6%+1,65%+4%).

Em sua apresentação Alberto Franco, Petrobras, destacou a necessidade de provimento de informações da demanda por produtos asfálticos de cada DER, permitindo um planejamento por parte da Petrobras na elaboração de uma política de abastecimento do mercado, de modo a não ter descontinuidade da oferta dos produtos e, até mesmo, para adoção de uma política de preços mais transparente.

Franco sugeriu a ABDER a centralização na obtenção desses dados para facilitar a troca de informações, inclusive na divulgação dos preços praticados pela Petrobras. “Precisamos de abrir novos canais de comunicação com consumidores finais da administração pública e iniciativa privada, visando o estabelecimento de processos de planejamento de oferta e demanda de médio e longo prazos” disse.

Dultervir Melo, ABCR, explanou sobre a qualidade dos produtos asfálticos caracterizando a dificuldade de obtenção de um padrão. Sugeriu a Petrobras um melhor controle no processo de fabricação e distribuição dos vários tipos de asfaltos empregados em cada região brasileira.

Na seqüência da programação, Rubens Cahin, DER/SP, apresentou o programa de pesquisa rodoviária desenvolvido num trecho experimental da SP-332 – Estrada Velha São Paulo – Campinas.

2ª AGO - Assembléia Geral Ordinária

Com o objetivo de avaliar as atividades desenvolvidas em 2008 e apresentar a programação para o próximo ano, a ABDER promoveu, nos dias 27 e 28 de novembro, na sede do DER/MG, encontro com representantes dos órgãos rodoviários dos estados brasileiros.

No dia 27 de novembro foi realizada Assembléia Geral Ordinária da ABDER, onde foi apresentado o Relatório de Atividades, que especifica todas as ações realizadas e onde a entidade se fez representada ao longo do ano de 2008 e foram aprovados o Orçamento, as Anuidades, o Programa Básico de ações e o Calendário de Reuniões para o ano de 2009.

Os diretores fizeram um balanço positivo de 2008, embora tenha ocorrido a redução da alíquota da CIDE a partir de maio. Presente no evento, o diretor-geral do DER/MG, José Elcio Monteze comentou a importância do momento para que os DERs de todo o Brasil troquem experiências e apresentem seus programas de governo. “Durante a reunião iremos fazer um balanço das atividades realizadas este ano e projetos para 2009. Minas foi escolhida para que apresentemos nossos programas estruturadores, além de aproveitar as experiências positivas dos outros Estados”, disse.

Durante a Assembléia da ABDER, o vice-diretor-geral do DER/MG, Fernando Antônio Jannotti, apresentou os programas estruturadores mineiros do segmento rodoviário e a Parceria Público-Privada da MG-050 – a primeira de uma rodovia do País.

“Muitas vezes, os problemas são os mesmos em vários estados. Encontros como esse faz com que as discussões sejam mais embasadas, e tomemos como parâmetro bons serviços”, destacou o diretor-presidente do DER de Sergipe, Ézio Prata Faro.

Uma de suas ações para o ano de 2009, a ABDER buscará compor um banco de dados sobre o sistema rodoviário estadual, onde os associados deverão contribuir com mais informações no sentido auxiliar não só os próprios órgãos rodoviários estaduais mas todos os organismos que necessitam de dados para planejamento de suas ações bem como subsidiar os veículos de imprensa.

(colaboração Mário Chrispim, DER/MG)

Voltar

Lições do concorrido leilão de rodovias promovido pelo Governo do Estado de São Paulo



O leilão da segunda etapa do programa de concessões do governo de São Paulo, realizado dia 29 de outubro, alcançou rara unanimidade: todos o consideraram um sucesso! Em tempos de turbulência financeira internacional, os consórcios participantes aceitaram deságios de 6% a 55% para arrematar os cinco lotes de rodovias oferecidos. Assim, o governo paulista garantiu, somente com pagamentos de outorgas, R\$ 3,5 bilhões nos próximos 18 meses. Outros R\$ 8 bilhões serão investidos pelas empresas vencedoras, ao longo de 30 anos de

concessão, nos 1.715 km de rodovias leiloados e em mais 900 km de estradas vicinais do estado.

Para o professor de Operações e Logística da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, o grande interesse despertado pelo leilão, apesar da crise e contrariando os céticos, demonstrou, em primeiro lugar, a confiança dos investidores no retorno dos investimentos em concessões rodoviárias e outros projetos de infra-estrutura. “O Brasil apresenta trechos rodoviários com alta taxa de retorno de investimento”, avalia Resende.

Em segundo lugar, o leilão paulista sinalizou a importância de o poder concedente tornar-se avalista do crédito para a iniciativa privada. “Somente quando o governo paulista garantiu fonte de recursos, ou seja, avalizou o crédito, é que a atratividade aumentou. Nós tivemos grande quantidade de empresas porque o governo deu essa garantia. Então, o novo formato dos próximos processos de licitação no Brasil terá o poder público como avalista”, destaca Paulo Resende.

E a temporada de leilões está apenas começando. Até



agosto de 2009, algo em torno de 8,9 mil km de estradas deverão ser transferidas para a iniciativa privada, que irá investir R\$ 22 bilhões na melhoria, modernização e duplicação das vias. No total, 24 trechos serão contemplados em leilões de concessão ou por meio de parceria público-privada (PPP).

O abre-alas deste carnaval de concessões será o leilão das rodovias federais BR-324/BR-116, entre Salvador e a divisa da Bahia com Minas Gerais, que estava marcado para 1º de dezembro, mas foi adiado para 21

de janeiro. Ao anunciar a nova data do leilão, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) explicou que o motivo para o atraso seria a necessidade de mais tempo para o BNDES analisar a linha de crédito que deverá liberar para o vencedor. Os investimentos nas duas rodovias somam R\$ 1,9 bilhão.

Na seqüência, virão os leilões das BR-040, BR-116 e BR-381, todas em Minas Gerais. De acordo com o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, o edital deverá sair em janeiro e a concessão, em março.

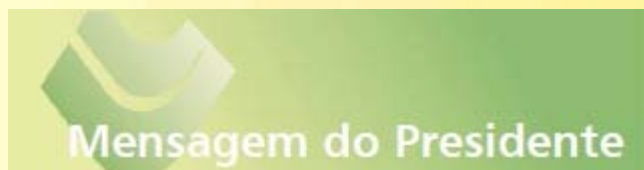
Também no primeiro semestre o governo paulista pretende leiloar a próxima concessão do Rodoanel, o tramo Leste, segundo o secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Mauro Arce. Ele informa que a concessão será diferente, já que o vencedor terá de construir o trecho de 40 quilômetros com R\$ 2,6 bilhões de investimentos. "Temos expectativa de que essa obra esteja pronta em março de 2010." O secretário informou ainda que os estudos do Rodoanel Norte, a ser concedido em duas etapas, serão antecipados.

Até o final do primeiro semestre de 2009, também ocorrerão as licitações para as novas PPPs de Minas Gerais. Na semana seguinte do leilão paulista, o Governo de Minas encerrou a primeira fase do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a concessão de PPP de estradas no Estado. Em janeiro deste ano, o governo mineiro lançou o programa em que as empresas interessadas podiam fazer estudos para trechos definidos. O programa foi objeto de matéria do Informe ABDER do mês passado. No início de novembro, o governo de Minas recebeu as propostas dessas companhias. O secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Fuad Noman, informa que 63 empresas entregaram estudos técnicos para 17 trechos de rodovias.

De acordo com os projetos apresentados, as estradas vão exigir investimentos da ordem de R\$ 8,9 bilhões para recuperar 5,8 mil quilômetros. De acordo com o secretário, a próxima fase é consolidar os estudos, o que deve ocorrer até o fim do ano. Em seguida, o material vai para audiência pública, depois o edital é lançado e, enfim, a licitação. Tudo isso deve ocorrer durante o primeiro semestre de 2009.

Fora do eixo Minas-São Paulo, o governo de Mato Grosso prepara sua estréia nas concessões rodoviárias até o fim de fevereiro. Trata-se da MT-130, entre Primavera do Leste e Rondonópolis, por onde passam cerca de 13 mil veículos por dia. De acordo com os estudos, o vencedor poderá instalar dois pedágios nos 122 quilômetros concedidos, no valor de R\$ 3,00.

No Nordeste, o governo baiano deverá conceder à iniciativa privada, até agosto de 2009, o sistema viário BA-093, composto por dez trechos rodoviários de quase 200 quilômetros. A estrada interliga os principais pólos industriais do Estado (Candeias, Camaçari e Centro Industrial de Aratu), terminais portuários de Aratu e o aeroporto internacional de Salvador, o que possibilitará o aumento das exportações. Hoje, mais de 50% do PIB da Bahia trafega pelo sistema viário BA-093.



Em busca do vínculo perdido



A Reforma Tributária deverá ser adiada mais uma vez. Há anos esperamos por uma reforma do nosso sistema de impostos, considerado um dos mais complexos do mundo. Aguardamos a oportunidade de corrigir um dos grandes equívocos dos constituintes de 1988 que, por uma margem pequena de votos, decidiram extinguir o antigo Fundo Rodoviário Nacional. O corte simbolizou o início do desmanche da infra-estrutura viária no país.

Entramos no III Milênio andando para trás. Sem recursos garantidos no orçamento, não construíamos nenhum quilômetro de rodovia e, ao mesmo tempo, não conseguíamos manter nem mesmo as estradas já existentes. A situação chegou ao estágio terminal e, então, para evitar o caos absoluto, uma fonte de recursos foi criada, em 19 de dezembro de 2001, pela Lei 10.336: a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — CIDE.

A nova fonte de recursos ficou incólume por muito pouco tempo. Na semana seguinte ao seu nascimento, a CIDE já sofria redução de suas alíquotas. De lá para cá meia dúzia de decretos reduziram a CIDE a um mero espectro da Contribuição que foi ao nascer. Em maio passado, o Decreto n. 6.446/08 cortou a alíquota da Contribuição sobre a gasolina em 35,71% e sobre o óleo diesel em 57,14%. O argumento na época foi a alta do petróleo no mercado internacional, o que obrigou a Petrobras a elevar os preços dos derivados. A redução da CIDE representou a contrapartida para não gerar mais inflação.

O sistema rodoviário e todos os investimentos em infra-estrutura no país viraram instrumentos de política monetária. Desde a extinção da vinculação constitucional de recursos para o setor de infra-estrutura (o FRN não carregava recursos apenas para o setor rodoviário), uma política estratégica de desenvolvimento do país, que deveria ser tratada como política de Estado, é relegada ao nível de política de governo, e como tal, maleável e inconstante como o vento.

Quando da edição do Decreto nº 6446/08, além da ABDER e outras poucas entidades vinculadas ao setor, ninguém se preocupou muito com isso porque os ventos da economia internacional eram favoráveis e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal prometia suprir todas as deficiências de outras fontes de recursos para a infra-estrutura. No lançamento do PAC, em janeiro de 2007, o governo prometeu aplicar do Orçamento Geral da União R\$ 33 bilhões em logística no período de 2007 a 2010. Outros R\$ 58,2 bilhões seriam investimentos de estatais e do setor privado.

Neste ano, entretanto, até o dia 1º de novembro, o Governo desembolsou apenas R\$ 1,1 bilhão. Para atingir o prometido volume de investimento anual, o governo terá de acelerar o ritmo de empenhos e pagamentos. Será necessário empenhar mais R\$ 3,7 bilhões e liquidar R\$ 7,1 bilhões até o último dia de dezembro. Os dados têm como base o 5º balanço do PAC apresentado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no fim de outubro.

Em outras palavras, os investimentos em infra-estrutura continuam ao sabor dos ventos. E os ventos agora mudaram.

Desejo a todos um Bom Natal e um Ano Novo repleto de realizações.

Eng.º Inácio Bento de Moraes Júnior
Diretor Superintendente do DER-PB e Presidente da ABDER

[Voltar](#)

Reforma: mais recursos para infra-estrutura

O relatório da reforma tributária (PEC 31/2007) apresentado pelo deputado Sandro Mabel (PR-GO) destina 2,3% da arrecadação da União com o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 153, III (renda e proventos de qualquer natureza), IV (produtos industrializados) e VIII (operações onerosas com bens ou serviços, ainda que se iniciem no exterior) da Constituição Federal para investimentos em infra-estrutura de transportes. O inciso VIII é outra novidade da Reforma. A vinculação de parte da arrecadação para investimentos em infra-estrutura foi a principal proposta defendida pela ABDER durante a discussão da PEC na Câmara dos Deputados.

[Voltar](#)



Quanto custa o asfalto?

Situação atual do novo sistema de custos do DNIT (SINCTRAN/SICRO3); o mercado nacional de asfalto; definição de critérios para análise de preços pelos DERs; elaboração de orçamento do km padrão para comparativo dos sistemas de custos entre os DERs; levantamento de custos de serviço de supervisão de obras de implantação e restauração; e custos de estudos ambientais. Esses foram os assuntos abordados na IX REUNIÃO do Grupo Técnico Custos Rodoviários, realizada nos dias 30 e 31 de outubro, na sede da ABDER, em Brasília.

A apresentação do novo sistema de custos do DNIT, denominado SICRO3, pelo Coordenador do Projeto SINCTRAN, Osvaldo Rezende Mendes, foi o primeiro item da pauta. Mendes explicou que o novo sistema é MULTIMODAL: irá abranger os setores rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como suas intermodalidades.

Na palestra "Pesquisa de Mercado e Transparência das Contas Públicas: Atualização do Conceito de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)", a técnica do DNIT Regina Martinez destacou o asfalto como moeda política, que sobe de preço em ano eleitoral. Ela ressaltou a confusão de nomenclaturas e conceitos existentes entre os órgãos rodoviários estaduais e o TCU. Asfalto e BDI são os principais problemas encontrados pelo TCU nas obras públicas.

A falta de padronização de conceitos ficou explícita na discussão do tema "Critérios de análise de propostas de preço pelos DERs". Cada órgão rodoviário apresentou uma programática diferente para análise de preços. Para subsidiar o grupo, divulgou-se o site www.sinaenco.com.br, que disponibiliza uma cartilha denominada "Roteiro de Preços-

Orientação para Composição de Preços de Estudos e Projetos de Arquitetura e Engenharia". E todos os participantes concordaram que o BDI deve ser aprovado por um Conselho com a presença dos sindicatos de empresas de construção, supervisão, sistema CREA, etc; Os participantes do encontro decidiram também elaborar um quadro comparativo dos sistemas de custos entre os DERs. A ABDER encaminhará correspondência ao TCU sugerindo utilizar a partir de agora o SICRO3 em substituição ao SINAPI como parâmetro em suas avaliações.

[Voltar](#)

Gestão de Pessoas: problemas de 1988

Alto percentual de servidores em idade avançada; falta de concursos; desmotivação e acomodação; falta de treinamento especializado; baixos salários. Em geral, esse é o quadro da maioria dos 26 órgãos rodoviários estaduais e Distrito Federal. Nos dias 25 e 26 de novembro, representantes de órgãos estaduais estiveram reunidos em Brasília, na sede da ABDER, debatendo soluções para melhorar os quadros de servidores dos DERs. Foi a III Reunião do Grupo Técnico Gestão de Pessoas. O Superintendente Executivo da ABDER, eng. Júlio Rangel, apresentou um relato dos Diagnósticos dos DERs, de 1988, no qual apontou os mesmos problemas atuais de gestão de pessoas. O DER do Paraná se destacou como exceção à regra ao apresentar maior treinamento de pessoal e também melhor remuneração.

[Voltar](#)

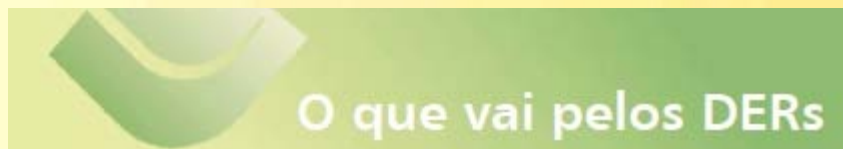
14º ENACOR será realizado em Minas

Para o próximo ano, Minas Gerais foi escolhida para realizar o 14º Encontro Nacional de Conservação Rodoviário (ENACOR), o maior encontro de rodoviarismo da América Latina, com expectativa de envolvimento de até mil participantes entre técnicos, empresários e estudantes do setor.

Em 2009, a ABDER não contará com a parceria da Associação Brasileira de Pavimentação – ABPv, para promover o ENACOR, como ocorreu nas últimas três edições do evento. Motivo: a ABPv estará comemorando os seus 50 anos de existência com a realização de um Congresso Internacional. Desta forma a ABDER constituiu uma parceria com o DER/MG, que ficará com a responsabilidade de promover o evento.

A Comissão Organizadora trabalha a todo vapor para que o evento surpreenda os participantes. Viagens já foram realizadas sondar os segredos do sucesso de eventos semelhantes. A presença de palestrantes internacionais será um dos pontos altos do Encontro. Será a segunda vez que Minas organiza o ENACOR. Em breve será realizada a primeira mala-direta (eletrônica e postal) e lançado o site do evento, onde os interessados poderão obter todas as informações para realizar suas inscrições. Para quem desejar entrar em contato com a equipe organizadora do evento isto já pode ser feito através do telefone (31) 3235-1453 ou pelo e-mail: enacor@der.mg.gov.br.

[Voltar](#)



DAER-RS Estado na estrada

O Governo do Rio Grande do Sul, com R\$ 322,4 milhões já assegurados para preservação das rodovias estaduais, lançou em novembro "O Estado na Estrada". O projeto complementa o "Programa Estruturante Duplica RS" e será pautado por três linhas de ação: recuperação, manutenção e restauração de rodovias. O programa abrangerá 4.148 km. A malha pavimentada do Estado é de 6.977 km. Trata-se do maior investimento nas três áreas. Os recursos virão do Tesouro do Estado, das tarifas do Daer (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

[Voltar](#)

DER-SP Estradas vicinais

O governo do Estado de São Paulo concluiu em novembro as obras de recuperação de 138,5 quilômetros de estradas vicinais nas regiões de Lins e Avaré. No total oito estradas foram recuperadas, o que irá beneficiar 11 municípios (Lins, Guaiçara, Cafelândia, Getulina, Promissão, Avanhandava, Avaré, Itatinga, Cerqueira Cesar, Manduri e Piraju). As obras, que custaram R\$ 17,3 milhões, fazem parte do programa Pro-Vicinais. Na primeira etapa do Programa serão recuperados 351 quilômetros. A meta do DER-SP é recuperar 12 mil quilômetros de vicinais, com investimentos de R\$ 918,7 milhões. O programa abrangerá mais de 400 municípios e beneficiará a cerca de 20 milhões de pessoas.

[Voltar](#)

DER-SE De Graccho Cardoso a Aquidabã

O Departamento Estadual de Infra-Estrutura Rodoviária de Sergipe (DER) está executando o serviço de recuperação no pavimento da rodovia estadual SE-220, que liga os municípios de Graccho Cardoso a Aquidabã, numa extensão de 23 quilômetros. As obras incluem a remoção

da capa asfáltica danificada e aplicação de um novo revestimento nos pontos mais deteriorados. Entre outros serviços realizados na rodovia estão o nivelamento dos acostamentos e limpeza da faixa de domínio.

[Voltar](#)

AGETOP- GO **Governo analisa privatizar rodovias**

Por solicitação do Governo do Estado de Goiás, a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) iniciou estudo sobre a viabilidade da privatização de rodovias goianas. O prazo determinado pela Secretaria Estadual de Infra-Estrutura (Seinfra) para a conclusão do levantamento preliminar é até o final do ano. No estudo será levado em consideração o impacto social da medida. Para o presidente da Agetop, José Américo, o órgão técnico trabalhará para definir "a melhor maneira" de iniciar a possível transição da administração das rodovias.

[Voltar](#)

DER – CE **Pavimentação e restauração**

O governo do Ceará iniciou na última semana de novembro a pavimentação de três trechos rodoviários, totalizando 84km, e outros 12 trechos a serem restaurados que somam 300km. Ao todo, serão investidos, com recursos do Tesouro do Estado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), R\$ 42,4 milhões em pavimentação asfáltica e R\$ 108,4 milhões em restauração de estradas, beneficiando diretamente, 38 localidades, dentre municípios e distritos.

[Voltar](#)

Inovações em prol da Segurança Rodoviária



Para agilizar os procedimentos relacionados à coleta de informações de acidentes de trânsito e aos registros de infração, as instituições públicas de transportes e obras têm mais um novo aliado: o dispositivo móvel. Com eles, a fiscalização e operação de trânsito nas rodovias será mais ágil e eficiente.

A partir do Sistema de Multas de Trânsito é possível conectar-se via GPRS à base de dados do órgão e consultar informações sobre um determinado veículo, desde a existência de pendências na documentação até mandados de busca e apreensão, o que aumenta a segurança rodoviária. Além disso, o aplicativo permite a realização de anotações de autos de infração de forma totalmente digital, com registro automatizado das coordenadas geográficas do local da infração e impressão instantânea dos autos. Já o Sistema de Acidentes de Trânsito realiza o cadastro dos BOATs - Boletins de Ocorrência de Acidentes de Trânsito em formato digital, permitindo inclusive o registro de fotos e das coordenadas geográficas da ocorrência.



Um módulo de gerenciamento de sincronização permite transferir os dados dos dispositivos móveis diretamente para a base de dados corporativa, facilitando a disponibilização de informações de acidentes. Desse modo é possível elaborar estudos de segurança rodoviária e acelerar o processamento dos dados para que o envio dos autos de infração seja realizado dentro dos limites legais estabelecidos.

[Voltar](#)

Presidente: Eng^o Inácio Bento de Moraes Júnior. DER/PB

Vice-Presidentes: Norte- Eng^o Jacques da Silva Albagli DER/RO - Nordeste- Eng^o Jader Torres DER/RN - Sudeste- Eng^o José Élcio S. Monteze DER/MG - Sul - Eng^o Gilberto Teixeira da Cunha DAER/RS- Centro-Oeste - Eng^o José Américo de Sousa AGETOP/GO
- Dir. Planejamento: Eng^o Romualdo T. de França Júnior / **Dir. Operações:** Eng^o Eugênio Manoel N. Moraes / **Dir. Apoio:** Eng^o Francisco Quintino Vieira Neto / **Programas Especiais:** Eng^o Rogério Wallbach Tizzot / **Secretária Geral:** Eng^a Vânia Torquato Sobrado / **Superintendente Exec.** Eng^o Júlio Xavier Rangel / Eng^o da ABDER Paulo Sérgio da Silva Souza

■ **Jornalista Responsável**
 ■ Joaquim Nogales
 ■ Mtb 4871 DF
 ■ **Edição e Projeto Gráfico:**
 ■ Silvio Ferigato - (61) 3381.7552
 ■ Comunicare@terra.com.br

[Voltar](#)

